

Relatório anual 2006



PREBEG

3	Mensagem
4	Previdência complementar segue crescendo
6	Sempre ao seu lado
9	Alterações nos Regulamentos dos planos
10	Os participantes da Prebeg
12	Demonstrações Contábeis
22	Parecer Atuarial
23	Parecer dos Auditores Independentes
24	Parecer do Conselho Fiscal
25	Parecer do Conselho Deliberativo
26	Demonstração Patrimonial e de Resultados
27	Informe Resumo dos Investimentos
29	Resumo da Política de Investimentos
31	Órgãos de Administração

O Relatório Anual 2006
também está disponível
no site da Prebeg:
www.prebeg.org.br



Em 2006, o Banco Itaú completou 40 anos de apoio direto aos princípios da previdência complementar. Foi em 1966 que lançamos o Plano de Aposentadoria Complementar (PAC) da Fundação Itaúbanco (criada seis anos antes), procurando oferecer melhores condições de vida para nossos funcionários no momento de sua aposentadoria.

Estamos, portanto, entre os pioneiros no sistema financeiro (e mesmo entre os demais setores da economia nacional) a constituir um benefício com vistas a complementar a aposentadoria paga pelo INSS. Esse é um gesto que repetimos até hoje, pois acreditamos que, assim como nossos funcionários ajudam a construir o futuro de nossa instituição, nós também podemos ajudá-los a ter um futuro mais promissor.

É um relacionamento de mão dupla que demonstra um vínculo de profundo respeito, o qual se estende por muitos anos após o fim da ligação empregatícia com o Banco. Para se ter uma idéia, temos hoje na Prebeg cerca de 630 participantes ativos e mais de 1,3 mil assistidos.

Para atender às necessidades desses participantes da melhor forma possível, a Prebeg está sempre procurando aperfeiçoar seus processos internos, sua comunicação e seu atendimento. Esses esforços se refletem em uma busca constante pelo aprimoramento de nosso trabalho. São ações e iniciativas que visam criar uma entidade cada dia mais sólida, transparente, moderna e participativa.

Nesse Relatório Anual, você vai acompanhar um resumo de tudo o que foi feito nesse sentido ao longo de 2006. No decorrer do ano, muitos desses fatos foram oportunamente divulgados, mas podemos aqui consolidar de maneira mais clara essas ações.

Desse modo, esperamos que você perceba, compreenda e valorize sempre mais nosso compromisso com o seu amanhã.

Fernando Tadeu Perez
Diretor Presidente

Previdência complementar segue

A exemplo do que ocorre em outros países, a previdência complementar está se consolidando no Brasil como a principal alternativa para a manutenção da qualidade de vida que os trabalhadores possuem na ativa. Essa realidade está alicerçada notadamente sobre três bases: o déficit crescente da Previdência Social que gera incertezas em relação à sua capacidade de prover benefícios adequados; um alicerce legal e tributário mais moderno que vem estimulando a criação de novos fundos de pensão; e o aumento da percepção dos brasileiros sobre o cenário que os cerca e a necessidade de agir mais ativamente na determinação de seu futuro previdenciário – seja participando de planos de previdência abertos, seja preferindo trabalhar em empresas que oferecem a previdência complementar como benefício.

Esse parece, portanto, um caminho sem volta. Em 2006, segundo a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), o patrimônio total dos fundos de pensão atingiu cerca de R\$ 375 bilhões e representa 18% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Em 1995, os ativos das entidades fechadas eram de apenas R\$ 74,8 bilhões (11,6% do PIB) – ou seja, desde então, o sistema praticamente quintuplicou seus recursos.

Nascido principalmente por iniciativa das estatais, o sistema de previdência complementar está hoje disseminado pelas empresas privadas que representam 86% das patrocinadoras de planos. Conforme divulgado no Consolidado Estatístico da Abrapp de novembro de 2006, o sistema conta com aproximadamente 1,9 milhão de participantes ativos, 4,1 milhões de dependentes e 619 mil participantes assistidos. Ao longo de 2006, novas leis foram promulgadas com o intuito de normatizar melhor e estimular ainda mais o avanço do sistema.

RESOLUÇÃO CGPC Nº 17, DE 28 DE MARÇO DE 2006

Aborda a substituição e recontração de auditor independente pelas entidades. O prazo máximo fixado para a contratação de um mesmo auditor independente é de cinco exercícios sociais auditados, sendo que sua recontração só pode ser feita após três exercícios sociais completos desde sua substituição.

RESOLUÇÃO CGPC Nº 18, DE 28 DE MARÇO DE 2006

Define, para a estruturação de planos de benefícios, diversos parâmetros técnico-atuariais, destacando que as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras devem estar adequadas às características da massa de participantes e assistidos e ao Regulamento do plano.

INSTRUÇÃO SPC Nº 10, DE 28 DE MARÇO DE 2006

Estabelece vários procedimentos para o preenchimento, o envio e a divulgação do Demonstrativo de Investimentos dos planos. Seu envio à Secretaria de Previdência Complementar deve ser mensal. A Instrução também indica as informações que devem constar nesse documento.



RESOLUÇÃO CGPC Nº 19, DE 25 DE SETEMBRO DE 2006

Fixa novos parâmetros para a Portabilidade e o Resgate de recursos dos planos de benefícios das entidades fechadas de previdência complementar. A Resolução determina as condições necessárias para a opção pela Portabilidade, bem como carências e prazos para Resgate.

RESOLUÇÃO CGPC Nº 23, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2006

Registra os procedimentos que devem ser observados pelos fundos de pensão na divulgação de informações para os participantes e assistidos, incluindo comunicados sobre alterações em Estatuto e Regulamentos, conteúdo e prazo de entrega do Relatório Anual, informações que podem ser veiculadas por meio eletrônico e disponibilização de dados para a Secretaria de Previdência Complementar.

TRANSPARÊNCIA VIA INTERNET

O Ministério da Previdência Social lançou, em março de 2006, a página eletrônica da Transparência Pública, no endereço <http://www.previdencia.gov.br/transparencia/index.asp>. Com navegação simples, o site permite acompanhar como são utilizados os recursos na área administrativa da Previdência Social, com informações sobre a execução orçamentária e financeira do órgão.

CENSO PREVIDENCIÁRIO

De acordo com dados do INSS, na primeira etapa do Censo, realizada de novembro de 2005 a agosto de 2006, 97,1% dos beneficiários responderam ao recenseamento. Na segunda etapa, iniciada em maio de 2006, 88,8% foram recenseados. Previsto para terminar em setembro de 2007, o Censo já contabiliza mais de 15 milhões de recadastrados, devendo ultrapassar as expectativas iniciais de 17 milhões. O censo foi criado para combater fraudes e reduzir o pagamento indevido de benefícios.

EMPRÉSTIMO CONSIGNADO

O empréstimo consignado para aposentados e pensionistas do INSS ultrapassou R\$ 20 bilhões em créditos concedidos, acumulados desde que o serviço passou a ser oferecido, em maio de 2004, até dezembro de 2006. Em dezembro de 2006, os 44 bancos conveniados atingiram 14,2 milhões de operações, equivalentes a R\$ 20,2 bilhões. Segundo o INSS, dos 19 milhões de aposentados e pensionistas do Regime Geral da Previdência Social, cerca de 6,9 milhões já utilizaram o empréstimo consignado, com desconto mensal em seus benefícios. Em 2006, o Ministério da Previdência Social adotou uma série de medidas que visam resguardar os direitos das pessoas que recorrem a esse serviço.

Sempre ao seu lado

Em 2006, a Prebeg deu continuidade às ações e iniciativas que asseguram maior transparência de suas atividades, melhores controles internos e maior proximidade com os participantes. A entidade continuou atuando de acordo com os princípios de governança corporativa, garantindo integridade e confiabilidade a seus processos e serviços, bem como o constante incremento dos canais de comunicação e do diálogo com seus participantes.

MELHOR GESTÃO DE RISCOS

Em março, foi formada a equipe de Controles Internos e Compliance da Prebeg. Seu objetivo é discutir procedimentos, avaliar projetos e indicar diretrizes e ferramentas de controle, além de avaliar permanentemente as diversas atividades da entidade, buscando oportunidades de redução de riscos e racionalização de processos.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Um grande esforço para consolidar em um só material todas as informações ligadas à governança corporativa da Prebeg. Assim pode ser definido o trabalho de desenvolvimento e divulgação do Manual de Diretrizes e Práticas, disponível, desde abril de 2006, no site da entidade. Ele apresenta os princípios e as iniciativas da Prebeg a fim de garantir sua segurança, eficiência, saúde financeira, transparência e longevidade.

NOSSO INFORMATIVO

2006 foi o quarto ano consecutivo de publicação do informativo "Prebeg com Você". Nele, são apresentados, bimestralmente, os principais dados e novidades da previdência no Brasil e no mundo, além de entrevistas com especialistas, participantes e profissionais da entidade. Até o mês de dezembro, haviam sido divulgadas 20 edições regulares, além das edições extras ou temáticas, editadas sempre que necessário.



ENCONTRO TRANSFORMAÇÕES



Encontro de assistidos

INTEGRAÇÃO COM OS ASSISTIDOS

Mais de 3.600 aposentados e pensionistas da Prebeg, da Fundação Itaubanco e do Funbep participaram dos encontros realizados, nos meses de outubro e novembro, em nove cidades brasileiras – Goiânia, Belo Horizonte, Juiz de Fora, Rio de Janeiro, São Paulo, Londrina, Maringá, Cascavel e Curitiba. “Transformações” foi o tema da terceira edição desses eventos, desenvolvidos a fim de promover a confraternização com antigos colegas, estimular a criação de novas amizades e estreitar o relacionamento dos assistidos com as entidades e suas equipes.

ENCONTROS COM AS ASSOCIAÇÕES

Nos dias 22 de setembro e 21 de novembro, a Prebeg, a Fundação Itaubanco e o Funbep promoveram, em São Paulo, dois encontros com representantes das associações que reúnem seus participantes assistidos: AFAB (Associação dos Funcionários Aposentados do Banestado), AFABEG (Associação dos Aposentados e Pensionistas do Banco BEG), AFACI (Associação dos Funcionários Aposentados do Conglomerado Itaú) e AJUBEMGE (Associação Nacional dos Aposentados, Pensionistas, Funcionários e Ex-Funcionários do Conglomerado Bemge). A meta desses encontros é difundir e aprofundar informações que possibilitem maior compreensão dos mecanismos e leis que regem o sistema, inclusive com a apresentação de palestras de especialistas. A expectativa é que esses eventos sejam organizados semestralmente.

Semana da Previdência



PARA FALAR SOBRE PREVIDÊNCIA

Os funcionários do Centro Técnico Operacional (CTO) e do Centro Empresarial Itaú Conceição (CEIC) participaram, nos meses de novembro e dezembro, da 3ª Semana da Previdência. Uma realização conjunta da Prebeg, Fundação Itaúbanco, Funbep, Área de Recursos Humanos do Banco Itaú S.A. e Itaú Vida e Previdência S.A., a iniciativa visa despertar o interesse dos participantes ativos pelos temas ligados à previdência complementar.

TAMBÉM NA ABRAPP

A Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp) possui dez Comissões Técnicas Nacionais (CTNs) que congregam mais de 140 profissionais de suas associadas. Seu intuito é discutir e trocar experiências sobre temas de relevância para o sistema. Das dez CTNs em ação, cinco têm a participação de representantes da Prebeg: Atuária, Contabilidade, Controles Internos e Compliance, Investimentos e Seguridade.



Alterações nos Regulamentos dos planos

MELHORIAS NA INTERNET

Em março, o site da entidade foi totalmente reformulado para incrementar seu visual e facilitar a navegação. Durante o ano, novas funcionalidades foram incorporadas à página da Prebeg na internet e novos serviços serão continuamente adicionados para melhor atender os participantes.

REUNIÕES DOS CONSELHOS

Foram realizadas três reuniões do Conselho Deliberativo da entidade - nos dias 2 de março, 29 de maio e 14 de novembro – e uma reunião do Conselho Fiscal, no dia 2 de março. Nesses encontros, os conselheiros discutiram os diferentes temas relativos às suas atribuições junto à Prebeg.

ELEIÇÕES DE REPRESENTANTES

No dia 29 de maio, tomaram posse os membros eleitos para o Conselho Deliberativo (um titular e um suplente) e para o Conselho Fiscal (um titular e um suplente) da Prebeg. Eles foram diretamente escolhidos pelos participantes ativos, autopatrocinados e optantes pelo Benefício Proporcional Diferido (BPD). Do total de 676 participantes ativos da entidade, 136 votaram no processo eleitoral – ou seja, 20,10%.

Essa foi a modificação efetuada no plano da Prebeg:

PLANO DE BENEFÍCIOS PREBEG

Em novembro de 2006, o novo Regulamento do plano incluiu, em seu texto, o Artigo 44. Essa inclusão diz respeito à atualização cadastral anual que deve ser feita por todos os participantes dos planos. Para os autopatrocinados, optantes pelo Benefício Proporcional Diferido (BPD) e assistidos, a atualização cadastral é realizada por meio de formulário enviado pela entidade. Caso o participante não cumpra esse procedimento e não responda às tentativas de contato da Prebeg, pode ocorrer suspensão de pagamento do benefício.

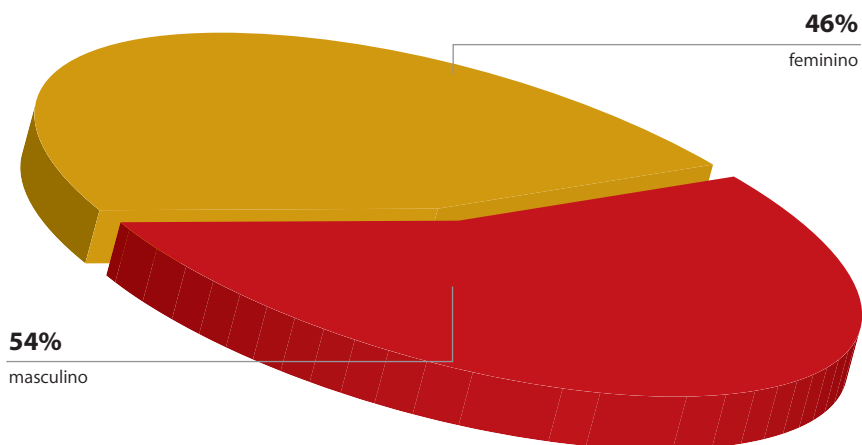


PARTICIPANTES ATIVOS

Inclui BPD e Autopatrocínados
base: outubro 2006

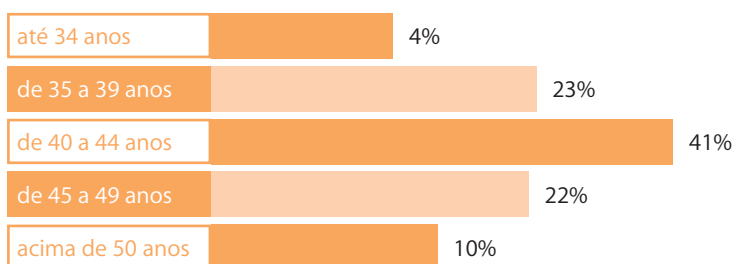
Total de participantes 619

Sexo



Faixas etárias

Idade média: 42 anos



Presença nos Estados

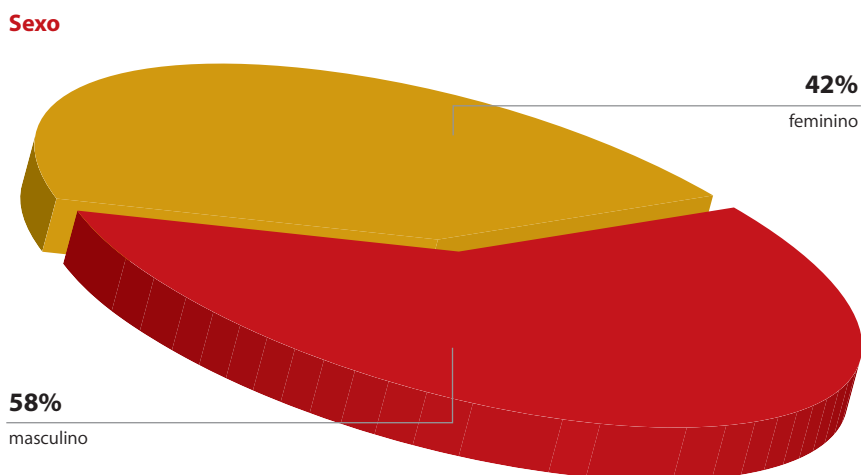
Goiás	96,0%
Distrito Federal	2,5%
São Paulo	1,0%
Rio de Janeiro	0,2%
Outros	0,3%

PARTICIPANTES ASSISTIDOS

Inclui pensionistas

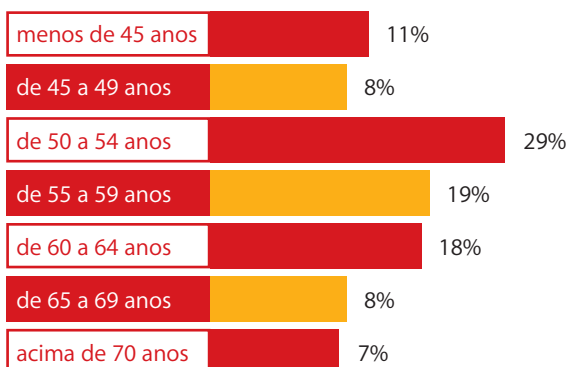
base: outubro 2006

Total de
participantes
1.397



Faixas etárias

Idade média: 54 anos



Média de tempo de benefício

8,91 anos

Tipo de benefício

Tempo de contribuição	31,6%
Antecipada	26,3%
Invalidez	18,6%
Pensão previdenciária	15,4%
Idade	1,6%
Invalidez por acidente de trabalho	3,4%
Auxílio doença	1,2%
Auxílio doença acidente de trabalho	1,7%
Aposentadoria especial	0,1%
Vesting	0,1%

Presença nos Estados

Goiás	92,3%
Distrito Federal	2,0%
Tocantins	1,7%
Rio de Janeiro	1,4%
São Paulo	1,2%
Minas Gerais	0,7%
Outros	0,7%

Balanço Patrimonial

em milhares de Reais

ATIVO	31/12/2006	31/12/2005	PASSIVO	31/12/2006	31/12/2005
Disponível	226	192	Exigível Operacional	15.474	15.013
			Programa Previdencial	15.402	14.968
			Programa Administrativo	72	45
Realizável	752.023	656.089	Exigível Contingencial	62.922	60.263
Programa Previdencial	3.621	3.410	Programa Previdencial	7.237	8.483
Programa Administrativo	16	27	Programa de Investimentos	55.685	51.780
Programa de Investimentos	748.386	652.652	Exigível Atuarial	573.224	550.376
Renda Fixa	683.194	594.753	Provisões Matemáticas	573.224	550.376
Renda Variável	48.663	33.671	Benefícios Concedidos	547.436	538.901
Investimentos Imobiliários	11.267	18.858	Benefícios a Conceder	40.985	27.844
Operações com Participantes	5.262	5.370	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(15.197)	(16.369)
Permanente	28	40	Reservas e Fundos	100.657	30.669
Imobilizado	28	40	Equilíbrio Técnico	98.605	28.928
			Resultados Realizados	98.605	28.928
			Superávit		
			Técnico Acumulado	98.605	28.928
			Fundos	2.052	1.741
			Programa Administrativo	1.688	1.348
			Programa de Investimentos	364	393
TOTAL DO ATIVO	752.277	656.321	TOTAL DO PASSIVO	752.277	656.321

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração de Resultados

em milhares de Reais

01/01 a 31/12/2006

01/01 a 31/12/2005

		01/01 a 31/12/2006	01/01 a 31/12/2005
Programa Previdencial			
(+)	Recursos Coletados	15.884	15.294
(-)	Recursos Utilizados	(46.830)	(45.767)
(+/-)	Constituições de Contingências	(87)	(5.738)
(-)	Custeio Administrativo	(1.112)	(1.228)
(+/-)	Resultados dos Investimentos Previdenciais	124.670	95.580
(+/-)	Constituições de Provisões Atuariais	(22.848)	(57.829)
(=)	Superávit Técnico	69.677	312
Programa Administrativo			
(+)	Recursos Oriundos de Outros Programas	1.234	1.349
(+)	Receitas	1	6
(-)	Despesas	(1.201)	(1.353)
(+/-)	Resultados dos Investimentos Administrativos	306	231
(=)	Constituições de Fundos	340	233
Programa de Investimento			
(+/-)	Renda Fixa	109.010	73.223
(+/-)	Renda Variável	16.171	24.071
(+/-)	Investimentos Imobiliários	2.757	2.376
(+/-)	Operações com Participantes	1.235	1.425
(+/-)	Relacionados com o Disponível	(198)	(277)
(+/-)	Constituições de Contingências	(3.905)	(4.891)
(-)	Custeio Administrativo	(122)	(121)
(+/-)	Resultados Recebidos/Transferidos de Outros Programas	(124.976)	(95.811)
(=)	Reversões de Fundos	(28)	(5)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração de Fluxos Financeiros

em milhares de Reais

		01/01 a 31/12/2006	01/01 a 31/12/2005
(+ / -)	Programa Previdencial	(32.056)	(29.845)
(+)	Entradas	15.673	14.862
(+)	Recursos Coletados	15.884	15.294
(-)	Recursos a Receber	(211)	(432)
(-)	Saídas	(47.729)	(44.707)
(-)	Recursos Utilizados	(46.830)	(45.767)
(+)	Utilizações a Pagar	437	1.408
(+)	Outros Realizáveis/Exigibilidades	(3)	-
(-)	Reversões de Contingências	(1.333)	(348)
(+ / -)	Programa Administrativo	(1.151)	(1.370)
(+)	Entradas	9	13
(+)	Receitas	1	6
(-)	Receitas a Receber	(5)	2
(+)	Outros Realizáveis/Exigibilidades	13	5
(-)	Saídas	(1.160)	(1.383)
(-)	Despesas	(1.201)	(1.353)
(+)	Despesas a Pagar	3	(18)
(-)	Despesas Futuras	26	(27)
(-)	Permanente	12	15
(+ / -)	Programa de Investimento	33.241	31.088
(+ / -)	Renda Fixa	20.569	(3.403)
(+ / -)	Renda Variável	1.179	28.996
(+ / -)	Investimentos Imobiliários	10.348	4.106
(+ / -)	Operações com Participantes	1.343	1.847
(+ / -)	Relacionados com o Disponível	(198)	(277)
(+ / -)	Relacionados com Tributos	-	(181)
(=)	Fluxo nas Disponibilidades	34	(127)
(=)	Varição nas Disponibilidades	34	(127)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005 - em milhares de Reais

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO BEG (PREBEG), constituída em 31/10/1973 e autorizada a funcionar pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) em 24/12/1984, tem por finalidade instituir, administrar e executar planos privados de concessão de benefícios previdenciários suplementares ou assemelhados aos da Previdência Social, tendo sempre por meta os empregados dos patrocinadores e respectivos dependentes inscritos no plano. Este plano está fechado ao ingresso de novos participantes.

As patrocinadoras decidiram oferecer aos funcionários admitidos a partir de 01/08/2002 plano na modalidade de contribuição definida (PGBL), administrado pela Itaú Vida e Previdência S.A.

Os recursos necessários para a consecução dos objetivos são obtidos por meio de aplicações de recursos e de contribuições mensais das patrocinadoras e dos participantes.

O quadro de participantes na data base da avaliação atuarial, 31 de outubro, apresenta a seguinte evolução:

	Ativos		Assistidos (*)		Total	
	2006	2005	2006	2005	2006	2005
Participantes	619	663	1.397	1.397	2.016	2.060
Dependentes	1.139	1.286	1.546	1.569	2.685	2.855
Total	1.758	1.949	2.943	2.966	4.701	4.915

(*) Inclui pensionistas.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e estão em conformidade com a Resolução CGPC (Conselho de Gestão de Previdência Complementar) nº5 de 30/01/2002, e demais instruções da Secretaria da Previdência Complementar (SPC). Essas demonstrações não requerem a apresentação segregada de ativos e passivos circulantes e de longo prazo e incluem a totalidade dos ativos e passivos do plano de benefícios mantido pela entidade.

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração de Resultado

Os recursos coletados e os recursos utilizados foram registrados pelo regime de competência, sendo todos os ativos e passivos indexados, atualizados “pro-rata temporis”. As receitas de dividendos e bonificações em dinheiro decorrentes de aplicações em ações são contabilizadas pelo regime de caixa, exceto quando declaradas.

b) Provisões para Direitos Creditórios de Liquidação Duvidosa

Foram constituídas considerando a análise de risco de crédito na realização das operações, bem como na análise das operações vencidas e vincendas e disposições do CGPC e julgadas suficientes para cobertura de eventuais perdas.

c) Programa de Investimentos

I - Renda Fixa e Renda Variável

De acordo com as disposições da Resolução CGPC nº 4/02, os títulos e valores mobiliários são classificados nas seguintes categorias:

(i) **Títulos para negociação** – quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição. São avaliados mensalmente ao valor de mercado e os efeitos são reconhecidos em conta específica na demonstração do resultado do exercício; e

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005 - em milhares de Reais

(ii) **Títulos mantidos até o vencimento** - quando a intenção da administração for manter os referidos títulos em carteira até o vencimento, considerando a capacidade financeira da entidade, os prazos mínimos de vencimento e a classificação de risco do título, estes são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.

As aplicações em fundos de investimentos são atualizadas pelo valor da cota na data do balanço.

II - Investimentos Imobiliários

Demonstrados ao custo de aquisição e ajustado a valor de mercado por reavaliações efetuadas, suportadas por laudos técnicos, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, pelo prazo de vida útil restante para os imóveis reavaliados.

III - Operações com Participantes

Os empréstimos a participantes são corrigidos pelo índice da caderneta de poupança, acrescido de juros de 1,5% ao mês.

IV - Provisão para Perdas

Constituída considerando avaliação de riscos de crédito em investimentos realizados em instituições sob regime especial ou considerados de difícil realização, sendo consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas.

d) Imobilizado

Avaliado pelo custo de aquisição e/ou reavaliação, menos depreciação acumulada, calculada pelo método linear às taxas abaixo:

Móveis e Utensílios e Máquinas e Equipamentos	10%
Computadores e Sistemas de processamento de dados	20%

e) Exigíveis Operacional e Contingencial

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

O exigível contingencial é demonstrado pelo valor líquido de depósitos judiciais e refere-se a ações trabalhistas e a imposto de renda na fonte não retido quando do resgate ou alienação de aplicações e investimentos, por conta de discussão judicial.

As provisões para contingências são avaliadas periodicamente e são constituídas com base na avaliação da administração e de seus consultores jurídicos, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas prováveis decorrentes desses processos.

f) Transferências Interprogramas

I - Programa Previdencial

Os valores registrados como despesas administrativas previdenciais no Programa Administrativo são cobertos por contribuições específicas transferidas mensalmente do Programa Previdencial.

II - Programa Administrativo

Este programa recebe valores transferidos do Programa de Investimentos, relativos ao resultado das aplicações do Fundo Administrativo e ao custeio das taxas de Administração dos Investimentos, além dos valores transferidos do Programa Previdencial para cobertura das despesas administrativas.

III - Programa de Investimentos

As receitas dos investimentos mensais (atualização monetária, juros, deságio, prêmios, dividendos, lucros de venda etc.), deduzidas das despesas (imposto de renda, IOF, prejuízos na venda, ágio etc.), são transferidas para os Programas Previdencial e Administrativo.

g) Custeio Administrativo

As despesas administrativas são contabilizadas no Programa Administrativo, sendo que o custo de cada programa é apurado com a utilização de centros de custos, nos quais os custos das áreas comuns são rateados e adicionados aos custos específicos dos Programas Previdencial e de Investimentos.

As despesas administrativas são cobertas por taxa administrativa e utilização do Fundo Administrativo, nas situações em que a taxa seja insuficiente.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005 - em milhares de Reais

NOTA 4 – REALIZÁVEL – PROGRAMA PREVIDENCIAL

Descrição	31/12/2006	31/12/2005
Recursos a Receber		
Contribuições (*)		
Patrocinadoras	1.648	1.616
Participantes	1.514	1.480
Outros Realizáveis	459	314
Total	3.621	3.410

(*) Corresponde basicamente à provisão de valores a receber relativa à interrupção temporária de aposentadorias, decorrente da suspensão do benefício concedido pela Seguridade Social

NOTA 5 – REALIZÁVEL – PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

A Administração através de sua Política de Investimentos determina diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores das Provisões Matemáticas, bem como para classificação de Títulos e Valores Mobiliários.

As classificações dos títulos existentes na carteira, assim como aqueles adquiridos no período, são periódica e sistematicamente avaliados de acordo com tais diretrizes.

No exercício, não foram realizadas reclassificações ou alterações nas diretrizes existentes.

a) Composição de Investimentos por Segmento

Descrição	31/12/2006	31/12/2005
Renda Fixa	683.194	594.753
Renda Variável	48.663	33.671
Investimentos Imobiliários	11.267	18.858
Operações com Participantes - Empréstimos	5.262	5.370
Total	748.386	652.652

b) Renda Fixa e Variável

Os títulos e valores mobiliários (Renda Fixa e Variável) são custodiados no SELIC, na CETIP, em bolsa de valores, no Banco Itaú S.A. e em outras instituições financeiras.

	Valor de Custo (1) / Mercado (2)	Valor de Custo (1) / Mercado (2)
	31/12/2006 (3)	31/12/2005 (3)
Renda Fixa	683.194	594.753
Títulos para Negociação	683.194	594.753
Fundos de Investimento FIF	683.194	594.753
Renda Variável	48.663	33.671
Títulos para Negociação	48.663	33.671
Ações - Mercado à Vista	48.663	33.671
Total	731.857	628.424

(1) Custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos.

(2) Valor de mercado do título que considera os seguintes parâmetros:

- (i) Preço médio de negociação no dia da apuração,
- (ii) Valor líquido provável de realização obtido mediante adoção técnica de precificação e
- (iii) preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e o indexador. Os investimentos em Ações (renda variável) estão avaliados pelo valor de mercado, assim entendido como a cotação média da ação em 30 de dezembro ou na data mais próxima, na bolsa de valores em que a ação tenha apresentado maior liquidez.

(3) Títulos com prazo de vencimento indeterminado.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005 - em milhares de Reais

c) Investimentos Imobiliários

Descrição	31/12/2006					31/12/2005
	Custo Corrigido	Reavaliação Acumulada (*)	Valores a Receber	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Edificações Uso Próprio	167	96	-	(47)	216	224
Edificações Locadas a Patrocinadoras	978	927	-	(239)	1.666	1.985
Edificações para Renda	973	21	102	(179)	917	936
Shopping Center	6.583	460	23	(890)	6.176	12.090
Alienações de Imóveis	-	-	2.292	-	2.292	3.623
Total - 31/12/2006	8.701	1.504	2.417	(1.355)	11.267	18.858
Total - 31/12/2005	14.033	3.333	3.757	(2.265)	18.858	

(*) De acordo com o inciso II do artigo 36 da Resolução CMN nº 3.121/03, procedeu-se à reavaliação periódica dos imóveis em 31/12/2004, resultando no montante líquido de R\$ 2.157.

NOTA 6 – EXIGÍVEL OPERACIONAL

Descrição	31/12/2006	31/12/2005
Programa Previdencial	15.402	14.968
Aposentadorias (1)	15.238	14.430
Restituições – Devolução		
Reserva de Poupança (2)	160	527
Outras	4	11
Programa Administrativo	72	45
Despesas a Pagar	43	45
Outras	29	
Total	15.474	15.013

(1) Corresponde à provisão de valores a pagar relativa à interrupção temporária de aposentadorias, decorrente da suspensão do benefício concedido pela Seguridade Social;

(2) Contribuições de participantes desligados do plano e com direito a saque.

NOTA 7 – EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Descrição	31/12/2006	31/12/2005
Programa Previdencial	7.237	8.483
Processos de Ações Trabalhistas (1)	7.521	8.767
(-) Depósitos Judiciais	(284)	(284)
Programa de Investimentos	55.685	51.780
Imposto de Renda (2)	55.685	51.780
Total	62.922	60.263

(1) Refere-se a processos de participantes que ingressaram na justiça pleiteando a correção da reserva de poupança referente aos expurgos inflacionários dos planos econômicos do Governo Federal.

(2) Apesar de ter sido declarada imune do pagamento de tributos por decisão judicial, em 2001 e 2002, a PREBEG provisionou o imposto de renda sobre ganhos de capital auferidos nas aplicações em títulos de Renda Fixa e Variável, abrangendo os exercícios anteriores, tendo em vista orientação da SPC do MPAS.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005 - em milhares de Reais

NOTA 8 – EXIGÍVEL ATUARIAL

a) Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas foram calculadas por atuário, cujo parecer evidencia o cumprimento às normas de atuária pertinentes, considerando-se as características peculiares do Estatuto e do Regulamento do plano de benefícios e incluem os compromissos correspondentes aos participantes que já adquiriram direitos, os quais podem ou não ter sido requeridos, e o direito aos participantes que ainda não os adquiriram.

A provisão de benefícios concedidos representa o valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da Entidade para com os participantes que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada, aposentadorias e pensões, líquido do valor atual das contribuições futuras dos participantes assistidos e das patrocinadoras, correspondentes a estes.

A provisão de benefícios a conceder representa a diferença entre o valor atual das obrigações futuras da Entidade e o valor atual das contribuições futuras dos participantes e das patrocinadoras, conforme descrito a seguir:

i. os benefícios do plano com a geração atual registram, de acordo com o tipo do plano, o valor atual dos benefícios a serem concedidos aos integrantes da geração atual que ainda não estejam em gozo de benefício de prestação continuada, líquido do valor atual das contribuições futuras dos participantes após a data prevista para aposentadoria.

ii. contribuições das patrocinadoras registram o valor atual das contribuições futuras a serem realizadas por estas, a partir da concessão do benefício ao participante.

iii. outras contribuições da geração atual registram o valor atual das contribuições futuras, com prazo de vigência indeterminado, a serem realizadas pelos participantes ativos e pelas patrocinadoras correspondentes a estes.

b) Premissas e Hipóteses Atuariais:

Os cálculos das provisões matemáticas consideraram as seguintes premissas e hipóteses atuariais e econômicas:

Descrição	31/12/2006	31/12/2005
Taxa Real de Juros	6% a.a.	6% a.a.
Taxa Crescimento Real de Salários	Experiência Prebeg	Experiência Prebeg
Índice de Crescimento de Benefício	INPC	INPC
Tábua de Mortalidade Geral	AT - 83 (1)	GAM - 83 (3)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT - 83 (1)	GAM - 83 (3)
Tábua de Entrada em Invalidez	Light - Média	Light - Média
Taxa de crescimento real do Benefício do INSS/Plano	0%	0%
Fator de Capacidade dos Benefícios e dos Salários	0,98	0,98
Rotatividade	Experiência Itaú 2003/2004 (2)	Experiência Itaú 1999/2001
Método Atuarial	Agregado	Agregado

Visando atualizar as premissas atuariais à realidade da massa de participantes e garantir maior segurança ao plano procedeu-se:

Em 31/12/2006:

- (1) a alteração das tábuas de mortalidade geral e de inválidos de GAM-83 (segregada por sexo) para AT-83 (segregada por sexo) de modo a se adequar aos parâmetros mínimos atuariais estabelecidos pela Resolução CGPC nº 18/06, cujo efeito nas provisões matemáticas foi de R\$ 9.224.
- (2) a alteração da premissa de rotatividade, que corresponde à experiência efetiva da massa de participantes ativos vinculados ao patrocinador, do período de 1999 a 2001 para o período de 2003 a 2004, cujo efeito nas provisões matemáticas foi de R\$ (460).

Em 31/12/2005:

- (3) a alteração das tábuas de mortalidade geral e de inválidos de GAM-71 (masculina) para GAM-83 (segregada por sexo), cujo efeito nas provisões matemáticas foi de R\$ 32.803.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005 - em milhares de Reais

c) Evolução das Provisões Matemáticas

Descrição	Saldos em 31/12/2005	Constituição Líquida	Saldos em 31/12/2006
Benefícios Concedidos	538.901	8.535	547.436
Benefícios	580.325	9.757	590.082
(-) Contribuições das Patrocinadoras	(41.424)	(1.222)	(42.646)
Benefícios a Conceder	27.844	13.141	40.985
Benefícios	60.871	13.156	74.027
(-) Contribuições das Patrocinadoras	(3.025)	(1.017)	(4.042)
(-) Outras Contribuições	(30.002)	1.002	(29.000)
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(16.369)	1.172	(15.197)
Total	550.376	22.848	573.224

NOTA 9 – EQUILÍBRIO TÉCNICO

Representa os resultados acumulados obtidos pela Entidade e registrados na conta de resultados realizados. A composição da conta resultados realizados, em 31 de dezembro, e a respectiva movimentação nos exercícios foi a seguinte:

Descrição	2006	2005
Saldo inicial Superávit/(Déficit)	28.928	28.616
Superávit do Exercício (1)	69.677	312
Saldo Final (2)	98.605	28.928

(1) O Superávit de 2006 reflete o efeito do aumento das Provisões Matemáticas no montante de R\$ 8.764 em 2006 (R\$ 32.803 em 2005), decorrente da alteração de premissas atuariais conforme nota 8b.

(2) Nos termos do artigo 20 da Lei Complementar 109/01, o resultado superavitário é destinado à constituição de reserva de contingência, para garantia de benefícios, até o limite de 25% das Provisões Matemáticas.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005 - em milhares de Reais

NOTA 10 – FUNDOS

a) Programa Administrativo

Constituído com base na diferença das receitas de contribuição em relação às despesas administrativas, acrescidas da rentabilidade obtida sobre o resultado dos investimentos no mês, proporcional à sua participação.

b) Programa de Investimentos

Constituído para garantia dos contratos de empréstimos a participantes que vierem a falecer.

c) Evolução dos Fundos

Descrição	Saldos em 31/12/2005	Remuneração	Constituição Líquida	Saldos em 31/12/2006
Administrativo	1.348	306	34	1.688
De Investimentos	393	28	(57)	364
Total	1.741	334	(23)	2.052

NOTA 11 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

A PREBEG, apesar de possuir reduzido grau de risco em função da não concentração física de seus ativos, tem como política segurar seus valores e bens a valores considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros (incêndio e roubo, conforme o caso).

Parecer Atuarial

Por tratar-se de plano concebido na modalidade de benefício definido, poderá ter seu custo modificado em decorrência da não verificação das hipóteses, isto é, do comportamento da evolução salarial, do desligamento de participantes ou da rentabilidade alcançada na aplicação dos recursos.

O Plano de Benefícios encontra-se fechado à adesão de novos participantes desde 12/03/2002.

Como o cadastro de participantes, posicionado em 31/10/2006, foi analisado e criticado pela Entidade, consideramos que os dados estejam aceitáveis.

Na época da avaliação atuarial, o plano de benefícios encontrava-se equilibrado.

Foram obtidos os seguintes resultados:

Valores em R\$	
Provisões Matemáticas	573.223.779,99
Benefícios Concedidos	547.435.983,16
Benefícios do Plano	590.082.047,61
Contribuição da Patrocinadora sobre os Benefícios	(42.646.064,45)
Outras Contribuições da Geração Atual	0,00
Benefícios a Conceder	40.984.570,62
Benefícios do Plano com a Geração Atual	74.027.033,38
Contribuição Definida	0,00
Benefício Definido	74.027.033,38
Contribuições da Patrocinadora sobre os Benefícios da Geração Atual	(4.042.355,97)
Outras Contribuições da Geração Atual	(29.000.106,79)
Benefícios do Plano com Gerações Futuras	0,00
Contribuições sobre Benefícios com Gerações Futuras	0,00
Outras Contribuições das Gerações Futuras	0,00
Provisões Matemáticas a Constituir	(15.196.773,79)
Serviço Passado	(15.196.773,79)
Déficit Equacionado	0,00
Por Ajuste das Contribuições Extraordinárias	0,00

- Foram mantidos as hipóteses, métodos e regimes financeiros formulados na reavaliação relativa ao exercício anterior, exceto quanto às tábuas biométricas de mortalidade geral e de inválidos, que passaram da GAM-83 (segregada por sexo) para a AT-83 (segregada por sexo), bem como pela alteração da hipótese quanto à rotatividade, que passa de Tabela Itaubanco 1999/2000/2001 para Tabela Itaubanco 2003/2004.
- Este Plano não é complementar aos benefícios concedidos pela Previdência Oficial.
- O percentual de contribuição suplementar da patrocinadora foi redefinido, conforme compromisso acordado, passando a corresponder a 10,675% da folha de salários, inclusive incidindo sobre o 13º, a partir de janeiro/2007, inclusive.
- O plano de custeio deverá ser alterado para o exercício de 2007 na contribuição suplementar.
- O detalhamento quanto aos resultados está demonstrado no Relatório Atuarial referente ao exercício de 2006.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2007.

Marília Vieira Machado da Cunha Castro • MIBA nº 351

Parecer dos Auditores Independentes

Aos Administradores, Participantes e Patrocinadores
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco BEG - PREBEG

1 - Examinamos o balanço patrimonial da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco BEG - PREBEG em 31 de dezembro de 2006 e as correspondentes demonstrações do resultado e do fluxo financeiro do exercício findo nessa data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações contábeis.

2 - Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações contábeis em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nosso exame compreendeu, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Fundação, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Fundação, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3 - Somos de parecer que as referidas demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco BEG - PREBEG em 31 de dezembro de 2006 e o resultado das operações e o fluxo financeiro do exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4 - Anteriormente, examinamos as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, sobre as quais emitimos parecer sem ressalvas, datado de 24 de fevereiro de 2006, fazendo referência ao trabalho de especialista (atuário), com base nas normas brasileiras de auditoria vigentes à época.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2007

PricewaterhouseCoopers • Auditores Independentes • CRC 2SP000160/O-5 "S" GO
Ricardo Baldin • Contador CRC 1SP110.374/O-0 "S" GO

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO BEG – PREBEG, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, após exame do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado, do Fluxo Financeiro e das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2006, baseados nos pareceres da consultoria atuarial Atuas – Atuários Associados S/C Ltda. e dos auditores independentes Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes, são de opinião que os referidos documentos refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da PREBEG em 31 de dezembro de 2006, merecendo a sua aprovação pelo Conselho Deliberativo.

São Paulo, 1º de março de 2007.

Presidente • Marco Antonio Antunes

Conselheiros • Carlos Roberto Zanelato

• Edilson Correia Soares

• João Batista Mascarenhas Roriz

• José Maria Riemma

• Luiz Fernando de Assumpção Faria

Parecer do Conselho Deliberativo

Os membros do Conselho Deliberativo da CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO BEG – PREBEG, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, após exame do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado, do Fluxo Financeiro e das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2006, com base nos pareceres do Conselho Fiscal, da consultoria atuarial Atuas – Atuários Associados S/C Ltda. e dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e nas normas pertinentes, deliberaram unanimemente aprovar os referidos documentos, que refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da PREBEG em 31 de dezembro de 2006.

São Paulo, 09 de março de 2007.

Presidente • Henri Penchas

Conselheiros • Antonio Eustáquio Vieira

- Antonio Jacinto Matias
- Fernando Tadeu Perez
- Gecimar Freitas Menezes
- Osvaldo do Nascimento

Demonstração Patrimonial e de Resultados - em Reais

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL

ATIVO	31/12/2006	31/12/2005	PASSIVO	31/12/2006	31/12/2005
Disponível	226.392,97	191.842,32	Contas a Pagar	15.473.806,06	15.013.379,16
Contas a Receber	3.637.093,02	3.437.217,49	Valores em Litígio	62.922.036,91	60.263.116,35
Aplicações	748.385.742,00	652.651.974,75	Compromisso com		
Renda Fixa	683.193.450,97	594.753.434,19	Participantes e Assistidos	573.223.779,99	550.375.575,41
Renda Variável	48.663.602,99	33.670.512,50	Fundos	2.052.533,02	1.740.764,16
Imóveis	11.266.844,34	18.857.978,89	Equilíbrio Técnico	98.604.801,35	28.927.754,51
Empréstimos e			Resultados Realizados	98.604.801,35	28.927.754,51
Financiamentos	5.261.843,70	5.370.049,17	Superávit Técnico		
Bens de Uso Próprio	27.729,34	39.555,03	Acumulado	98.604.801,35	28.927.754,51
Total do Ativo	752.276.957,33	656.320.589,59	Total do Passivo	752.276.957,33	656.320.589,59

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

		01/01 a 31/12/2006	01/01 a 31/12/2005
(+)	Contribuições	15.883.978,78	15.294.023,94
(-)	Benefícios	(46.829.582,84)	(45.767.137,51)
(+/-)	Rendimento das Aplicações	128.974.753,39	100.817.494,54
(=)	Recursos Líquidos	98.029.149,33	70.344.380,97
(-)	Despesas Líquidas com Administração	(1.200.126,48)	(1.347.007,60)
(+/-)	Formação (Utilização) de Valores em Litígio	(3.992.002,57)	(10.629.644,55)
(+/-)	Constituições/Reversões de Provisões Atuariais	(22.848.204,58)	(57.828.899,74)
(+/-)	Formação (Utilização) de Fundos de Riscos Futuros	(311.768,86)	(227.577,81)
(=)	Superávit (Déficit) do Exercício	69.677.046,84	311.251,27

Comentários sobre a Rentabilidade do Plano:

Em 2006, o resultado das aplicações dos recursos garantidores foi acima da meta atuarial do Plano (INPC + 6% a.a.).

Como os benefícios do plano da PREBEG são corrigidos por índice de inflação (INPC), o gestor do Plano vem mantendo nas carteiras um percentual significativo dos investimentos (próximo a 55% do Patrimônio Total do Plano) em ativos indexados ao IGP-M e/ou IPCA, procurando superar a meta atuarial do Plano.

Apesar da baixa variação dos índices de inflação no ano de 2006 (variação do INPC no ano = 2,81%), o segmento de Renda Fixa apresentou rentabilidade acima do CDI e da taxa mínima atuarial do plano, em decorrência dos efeitos de marcação a mercado dos ativos desse plano. O restante da carteira do segmento de Renda Fixa foi aplicado em investimentos prefixados e pós-fixados atrelados ao CDI.

No segmento de Renda Variável, o gestor da carteira continua com a estratégia de aplicação em um número menor de empresas que, segundo suas análises fundamentalistas, devem apresentar desempenho superior ao Ibovespa. A estratégia produziu os rendimentos esperados no período, superando a meta atuarial.

Os segmentos de Imóveis e de Empréstimos a Participantes correspondem a um percentual de pouca representatividade em relação ao montante de investimentos da carteira, não impactando de forma expressiva a rentabilidade global da Entidade.

Ao lado, quadro comparativo entre a meta atuarial e a rentabilidade obtida nos segmentos de aplicações nos anos de 2006 e 2005.

Segmento	META ATUARIAL (*)		RENTABILIDADE	
	2006	2005	2006	2005
Renda Fixa	8,98%	11,35%	18,41%	14,84%
Renda Variável	8,98%	11,35%	43,61%	45,49%
Inv. Imobiliários	8,98%	11,35%	16,63%	11,69%
Empréstimos	8,98%	11,35%	31,23%	31,54%
Recursos totais	8,98%	11,35%	20,46%	18,07%
Retorno em relação à Meta Atuarial			10,53%	6,04%

(*) INPC + 6% a.a.

Comentários sobre o

Custeio Administrativo do Plano:

O custeio das despesas administrativas do programa previdencial foi efetuado através da contribuição específica da patrocinadora. Nas situações em que esta taxa foi insuficiente o custeio foi efetuado através da reversão do fundo administrativo, constituído com as sobras da contribuição. Já as despesas administrativas do programa de investimentos foram custeadas pelo programa de investimentos.

Abaixo, quadro comparativo entre as despesas administrativas ocorridas nos anos de 2006 e 2005.

Descrição	2006	2005	Varição
Programa			
Previdencial	1.077.785,54	1.228.295,39	(12,25)
Programa de			
Investimentos	122.945,42	124.634,76	(1,36)
Total	1.200.730,96	1.352.930,15	(11,25)

A evolução das despesas administrativas de 2006 em relação às de 2005 foi decorrente basicamente de:

- Previdencial – redução nos custos com pessoal e encargos e nos pagamentos com honorários advocatícios;
- de Investimentos – redução no pagamento de taxas com a administração da carteira de investimentos.

Prezado Participante,

Em cumprimento à legislação em vigor, apresentamos abaixo resumo dos investimentos e das despesas com a administração dos mesmos, relativo ao Exercício de 2006 do plano Prebeg:

1. A Prebeg apresentava a seguinte composição por segmento de investimentos:

Segmento	Dezembro/2006	%	Dezembro/2005	%
Renda Fixa	683.193.450,97	91,29	594.753.434,19	91,13
Renda Variável	48.663.602,99	6,50	33.670.512,50	5,16
Investimentos Imobiliários	11.266.844,34	1,51	18.857.978,89	2,89
Empréstimos a Participantes	5.261.843,70	0,70	5.370.049,17	0,82
Total	748.385.742,00	100,00	652.651.974,75	100,00

2. No quadro abaixo apresentamos comparativo entre os limites de alocação para cada segmento de investimentos determinados pela Resolução CMN nº 3.121, de 25 de setembro de 2003, e os definidos pela política de investimentos do exercício de 2006 e a composição efetiva dos investimentos no Exercício de 2006:

Segmento	Resolução CMN nº 3.121	Política de Investimentos	Efetiva (%)
Renda Fixa	Até 100,00	Até 100,00	91,29
Renda Variável	Até 50,00	Até 30,00	6,50
Imóveis	Até 11,00	Até 11,00	1,51
Empréstimos a Participantes	Até 15,00	Até 10,00	0,70

3. A seguir apresentamos as rentabilidades do Exercício de 2006 da Prebeg em comparação com a taxa mínima atuarial do plano de benefício, no mesmo período de tempo:

Segmento	Rentabilidade Acumulada %
Renda Fixa	18,41
Renda Variável	43,61
Imóveis	16,63
Empréstimos a Participantes	31,23
Recursos Totais	20,46

Taxa Mínima Atuarial = 8,98% a.a.

Informe Resumo dos Investimentos

31 de dezembro de 2006

4. Em atendimento ao art. 11 da IN SPC nº 07/05, apresentamos a seguir as despesas relevantes incorridas na administração da entidade no exercício de 2006:

a) Despesas com gestão dos Investimentos:

	Em reais
Gestão	9.535,68
Custódia	25.957,96
Divergência Não Planejada	11.947,56
Outras (Cetip, Selic, CBLC)	2.554,20
Total	49.995,40

b) Despesas Administrativas Previdenciais:

	Em reais
Serviços de Informática	14.085,68
Serviços de Correio, Malote e ECT	20.724,70
Contribuições/Associações	25.552,71
Serviços Prestados	46.953,93
Seguros	36.047,40
Manutenção e Conservação de Bens	37.432,22
Viagens e transportes	44.825,84
Publicações	54.893,75
Gestão do Passivo	69.233,12
Evento Aposentados	73.416,84
Avaliações Atuariais e Auditoria	74.559,58
Honorários advocatícios	158.782,42
Total	656.547,79

5. Gestão dos Investimentos

Os investimentos da Prebeg são geridos somente pelo Banco Itaú.

6. Responsável pela aplicação dos Recursos

- Nome: Carlos Henrique Mussolini
- Telefone: (11) 5029.1612
- E-mail: carlos.mussolini@itau.com.br

7. Especificação dos desenquadramentos e inobservância à Resolução CMN nº 3.121 de 25/09/2003:

Não há desenquadramentos.

8. Justificativas aos desenquadramentos e inobservância à Resolução CMN nº 3.121/03:

Não há justificativa devido não ter desenquadramentos.

A seguir apresentamos resumo da política de investimentos para o exercício de 2007 do Plano de Benefícios Prebeg.

1. Taxa Mínima Atuarial

Indexador	Taxa de Juros
INPC	6%

2. Controles de Riscos

- Risco de Mercado
- Risco de Liquidez
- Risco de Contraparte
- Risco Legal
- Risco Operacional

3. Alocação dos Recursos

Segmento	Investimentos	Mínimo	Máximo	Alvo
Renda Fixa	Baixo Risco de Crédito	49%	100%	80%
Renda Fixa	Médio Risco de Crédito	0%	20%	0%
Renda Fixa	Alto Risco de Crédito	0%	20%	5%
Renda Variável	Empresas com IGC/Bovespa	0%	30%	5%
Renda Variável	Empresas não Abrangidas pelo IGC/Bovespa	0%	3%	1%
Renda Variável	Sociedade de Propósito Específico	0%	20%	2%
Renda Variável	Parceria Público-Privada	0%	0%	0%
Imóveis	Investimentos Visando Ulterior Alienação	0%	11%	0%
Imóveis	Investimentos Visando Aluguéis e Renda	0%	11%	3%
Imóveis	Fundos de Investimentos	0%	11%	2%
Imóveis	Outros Investimentos	0%	11%	1%
Emprést. e Financ.	Empréstimos	0%	10%	1%
Emprést. e Financ.	Financiamentos	0%	10%	0%

4. Derivativos

Limite Máximo para Proteção: 80%

Limite Máximo para Exposição: 80%

5. Limites Máximos de Diversificação

5.1. Em Pessoas Jurídicas ou Conglomerados: 30%

5.2. Em Patrocinadoras e Ligadas: 10%

5.3. Ativos de Renda Fixa

Descrição	Baixo Risco	Médio Risco	Alto Risco
Pessoa Jurídica Não Financeira	80%	20%	20%
Instituição Financeira	80%	20%	20%
FIDC	10%	5%	5%

5.4. Companhias Abertas

Por Capital Votante: 20%

Por Capital Total: 20%

Dos Recursos Garantidores: 10%

5.5. Sociedades de Propósito Específico

Por Projeto: 25%

Por Projeto + Inversões das Patrocinadoras: 40%

Resumo da Política de Investimentos

2007

5.6. Imóveis

Por Imóvel: 25%	PL do Fundo: 25%
-----------------	------------------

6. Gestão dos Recursos

Tipo/Forma: Externa
Periodicidade da Avaliação: 3 Meses
Quantidade de Gestores: 1
Critérios de Avaliação: Em relação à taxa mínima atuarial do plano

7. Critério para Contratação

Quantitativos	Qualitativos
Histórico da Empresa e dos Controladores	Rentabilidade Histórica Auferida
Capacitação Técnica	Riscos Incorridos
Práticas de Marcação a Mercado	Custos
Estrutura de Suporte e de Controle	Total de Recursos Administrados
Outros	Outros

Estratégia de Formação de Preço: Externa
Faz acompanhamento das estratégias formuladas ou desempenhadas: Sim

8. Participação em Assembléias de Acionistas

8.1. Limites Mínimos para Participação em Assembléia de Acionistas

Capital Votante: 5%	Capital Total: 10%	Recursos Garantidores: 4%
---------------------	--------------------	---------------------------

9. Cenário Macroeconômico, Observações e Justificativas

9.1. Cenário Macroeconômico

O cenário macroeconômico é definido em um comitê mensal formado pelo Diretor de Investimentos da Entidade e especialistas da patrocinadora principal. São definidas trajetórias para algumas variáveis básicas e definidos cenários alternativos (otimista e pessimista) ao cenário básico.

9.2. Observações

Com base no cenário básico, são projetadas individualmente valores para diversos fatores de risco (taxa de juros prefixadas, taxas de juros em IGP-M, taxas de juros em dólares, índice BOVESPA, deságios de LFT etc.) Estes valores são então utilizados para calcular as expectativas de preço/retorno dos ativos para um determinado horizonte de investimentos (3 meses, 1 ou 2 anos).

Órgãos de Administração

Conselho Deliberativo

Membros Titulares

Presidente
Henri Penchas

Conselheiros
Fernando Tadeu Perez
Osvaldo do Nascimento
Antonio Jacinto Matias
Antonio Eustaquio Vieira
Gecimar Freitas de Menezes

Membros Suplentes

Presidente
Silvio Aparecido de Carvalho

Conselheiros
Renato Roberto Cuoco
Hélio de Mendonça Lima
João Jacó Hazarabedian
Diomar Dourado Guimarães
Maria Márcia Gervasio da Costa Ferreira

Conselho fiscal

Membros Titulares

Presidente
Marco Antonio Antunes

Conselheiros
Carlos Roberto Zanelato
Luiz Fernando de Assumpção Faria
José Maria Riemma
Edilson Correia Soares
João Batista Mascarenhas Roriz

Membros Suplentes

Presidente
Geraldo Cândido Furtado

Conselheiros
Ricardo Leme Spinola de Mello
Selma Negro Capeto
Ottavio Aldo Ronco

Antonio Dias Pinto

Diretoria Executiva

Diretor Presidente
Fernando Tadeu Perez

Diretor de Investimentos
Carlos Henrique Mussolini

Diretores Gerentes
Arnaldo Cesar Serighelli
Marcos Roberto Carnielli
Reginaldo José Camilo



Avenida Tocantins, 1.016
Setor Aeroporto – CEP 74075-100
Goiânia (GO)

www.prebeg.org.br